

Continuação Alibem Alimentos S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include 9. Partes relacionadas, 10. Provisão para contingências e depósitos judiciais, and 11. Imobilizado.

Essas operações foram liquidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essas operações eram garantidas pelo acionista controlador das empresas Carlos Lee Participações e Administração Ltda. No passivo circulante e não circulante está registrada operação de Cédula de Produto Rural Financeiro (CPR-F) realizada com acionistas pessoa física, além de mútuo de acionistas, no valor de R\$ 79, como segue:

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include Circulante, Não circulante, and Saldo em 31/12/2022.

A CPR-F, contratada em 29/06/2022, mantida com os acionistas tem prazo de vencimento de 43 meses, juros semestrais e não possui garantias reais, exceto aval da Agra Agroindustrial S.A. A CPR-F constitui uma dívida subordinada às demais dívidas financeiras da Companhia. Somente poderá ser amortizada se as demais obrigações com terceiros estiverem sendo cumpridas.

10. Provisão para contingências e depósitos judiciais: a) Depósitos judiciais

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include Depósito judicial, Depósito jud. civil, and Saldo em 31/12/2022.

b) Contingências: A Companhia e parte em

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include Saldo em 1º/01/2021, Aquisições, Alienações - custo, Alienações - deprec. acumul., Transferência, Depreciação, Saldo em 31/12/2021, Custo, Depreciação acumulada, Saldo inicial, Aquisições, Alienações - custo, Alienações - deprec. acumul., Transferência, Depreciação, Saldo em 31/12/2022, Custo, Depreciação acumulada, Taxas de depreciação - %, and 12. Empréstimos e financiamentos e debêntures.

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include Custeio Rural, Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira, Debêntures (R\$ 100 MM) - Série Subordinada (\*\*\*), Debêntures (R\$ 100 MM) - Série Sênior (\*\*\*), Cédula de Produto Rural - Recursos Livres, Cédula Créd. Exportação CCE R\$, Adiantamentos contrato de câmbio, Cédula Créd. Exportação CCE US\$, BNDES Finem, BNDES Automático, BNDES Giro, Outros, Debêntures (R\$ 40 MM) - Série Subordinada (\*\*), Debêntures (R\$ 60 MM) - Série Sênior (\*\*).

Classificado no passivo circulante: Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Debêntures.

Classificado no passivo não circulante: Empréstimos e financiamentos, Debêntures.

(\*) Taxa média ponderada. (\*\*) Em 15 de setembro de 2018 a Companhia emitiu 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com garantias reais e fiduciária para colocação privada, todas com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 100.000. Estas debêntures foram pagas integralmente em 2022. (\*\*\*) Em 13 de novembro de 2020 a Companhia emitiu 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com garantias reais e fiduciária para colocação privada, todas com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 200.000. Os recursos captados por meio das emissões das debêntures têm destino exclusivo nas atividades da Companhia relacionadas ao agronegócio, no curso ordinário das atividades da Companhia. A Companhia possui dívidas financeiras de longo prazo, com o compromisso de cumprimento de "covenants financeiros". Os covenants financeiros se aplicam às demonstrações financeiras da controladora Carlos Lee Participações e Administração Ltda. Em 31 de dezembro de 2022 todos os indicadores foram cumpridos.

a) Vencimentos: As parcelas dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include 2023, 2024, 2025, 2026, 2027 em diante, and Saldo em 31 de dezembro.

As parcelas das debêntures registradas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include 2023, 2024, 2025, 2026, 2027 em diante, and Saldo em 31 de dezembro.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include Saldo em 01 de janeiro, Captação de novos emprést., Liquidação do principal, Liquidação de juros, Apropriação de juros, Apropriação de var.cambial, Saldo em 31 de dezembro.

13. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui operações de Non-deliverable forward (NDF) visando proteger a exposição do seu fluxo de caixa operacional em dólar, enquadradas na estrutura de contabilidade de hedge, conforme prática contábil descrita na nota 2.5.5. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para cobertura da exposição líquida à variação cambial. Os efeitos relativos a hedge de fluxo de caixa, no valor de R\$ 3.589 registrados no ativo circulante, em 31 de dezembro de 2022 (R\$6.534, registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021), foram alocados ao patrimônio líquido, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 2.369 (R\$4.313 em 31 de dezembro de 2021). A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos, que estão enquadradas na metodologia de "hedge accounting":

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include Valor justo, Moeda, and Notional.

satisfeza a obrigação de desempenho, que pode não ocorrer na mesma data da emissão da nota fiscal de venda. A determinação do momento de reconhecimento das receitas envolve análise das condições comerciais, as quais podem variar, principalmente, entre as vendas para o mercado interno e para o mercado externo. A complexidade inerente ao processo de reconhecimento da receita e o grande volume de itens faturados, em termos de quantidades e valores, podem levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita. Em função desses aspectos, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos custos a receber, (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecidos pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado; (iv) realizamos testes extensivos de auditoria sobre transações de vendas realizadas próximas ao final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas; e (v) examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno de parcela de receita de vendas reconhecida ao final do exercício, sendo este ajuste não registrado pela administração, considerando a imaterialidade do impacto deste ajuste sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas de venda da Companhia adotada pela diretoria e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Mensuração dos ativos biológicos: Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia possui ativos biológicos decorrentes, principalmente, da criação de suínos matrizes para reposição e suínos em engorda para o abate, mensurados a valor justo. Essa mensuração é uma estimativa significativa, sendo baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de ativos biológicos de R\$404.563 mil no ativo circulante e R\$188.238 mil no ativo não circulante. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos sobre o total de ativos e sobre o resultado do exercício, bem como devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia e a utilização de especialistas na inspeção física por amostragem de granjas, para avaliar a existência dos ativos biológicos e suas condições físicas. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para mensuração do valor justo. Realizamos, também, verificação amostral dos documentos dos custos que foram adicionados durante o exercício. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de mensuração dos ativos biológicos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, dividindo, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de março de 2023. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda.- CRC-SP01519/F. Vicente De Giacomo Pias - Contador CRC-RS 097557/O-4.

Table with 3 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, and 31/12/2021. Rows include 14. Impostos e contribuições a recolher, 15. Patrimônio líquido: Capital social, 16. Receita líquida, 17. Custos e despesas por natureza, 18. Outras receitas (despesas), 19. Resultado financeiro e variação cambial, 20. Imposto de renda e contribuição social, 21. Gestoão de risco financeiro, 22. Seguros, Bens Segurados, Riscos Cobertos, Montante Coberturas, 23. Evento subsequente, and 24. Resultado financeiro líquido.

Para a proteção à exposição cambial líquida em suas operações comerciais futuras, a Companhia contrata operações de derivativos, conforme definido em sua política de hedge, as quais são registradas pela contabilidade de hedge, assim como demonstrado na Nota 13. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Considerando que determinados ativos e passivos financeiros, principalmente aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, da Companhia possuem taxas de juros variáveis (indexadas ao CDI) e determináveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia, no período de até 12 meses, possuem oscilações alinhadas com a variação da taxa de juros definida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que é a SELIC, podendo ocorrer variações significativas, decorrentes de mudanças nas taxas de juros do mercado. Estas operações possuem seu valor marcado na "curva", com exceção das aplicações em Títulos Públicos Federais (NTN-B), que o valor é mensurado ao valor de mercado. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. As aplicações financeiras, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros têm como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreadas em títulos garantidos por estas instituições, e pela política de investimentos que determina o limite de cada instituição financeira, além de outros parâmetros de mitigação deste risco. O risco de crédito relacionado aos clientes é minimizado pela constituição de provisões para perdas quando a Administração entende necessário, com base no histórico de perdas incorridas com os clientes e/ou atrasos no pagamento. Neste sentido também foram implantados mecanismos sistematizados dos Comitês de Crédito parte fundamental da política de crédito da Companhia. c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia mantém em garantia aos empréstimos, aplicações financeiras em montante absoluto, superior ao saldo dos empréstimos garantidos. A política de investimentos define um percentual de caixa mínimo (excluindo-se eventuais valores em garantia) de no mínimo 20% do Ativo Total da Companhia.